

F
633,74
V331



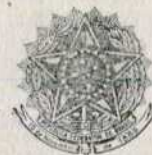
CÂMARA DOS DEPUTADOS

VASCO NETO
Deputado Federal

CACAU: ECONOMIA EM
DIFICULDADE

Discurso proferido na sessão
de 15 de maio de 1972

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
Brasília — 1972



CÂMARA DOS DEPUTADOS

VASCO NETO
Deputado Federal

CACAU: ECONOMIA EM
DIFICULDADE

Discurso proferido na sessão
de 15 de maio de 1972

F
63374
V331

O SR. VASCO NETO:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, já no Grande Expediente o nobre Deputado Edvaldo Flores, se pronunciou sobre a situação calamitosa em que se encontra a economia cacaueteira em face da crise que de há muito vem enfrentando.

De há muito vimos pedindo a atenção das autoridades responsáveis por nossa política econômica para o problema do cacau, que, como é sobejamente conhecido, representa, ainda hoje, riqueza maior da Bahia e fonte de divisas considerável.

Foi assim o nosso pronunciamento, como o do ilustre colega Prisco Vianna quando se realizavam os trabalhos da COCENE.

Aliás, todos os baianos se têm preocupado com o problema, por afetar não só parcela do Estado, mas a própria economia baiana.

Quando, a 21 de julho do ano passado, nos deu a honra de sua visita. S. Exa. o Sr. Ministro Reis Velloso, tivemos o cuidado de, no debate que se verificou, fazer apelo no sentido de que S. Exa., estudasse o problema, pois que as proclâmias anunciavam dias sombrios para o produtor, notadamente o pequeno produtor de cacau.

Vale a pena, pela atualidade do diálogo, trazer o debate estabelecido, para entendimento da nossa fala, no momento:

“O SR. DEPUTADO VASCO NETO — Vossa Execlência Sr. Ministro, fala em exportação. Entra num assunto tipicamente baiano. O cacau é uma fonte de renda hoje. Por que se incentiva a exportação de tudo e ainda hoje, apesar de as pesquisas estarem entregues ao BNDE, há confisco cambial para o cacau?”

O SR. MINISTRO — É o mesmo problema do café. A idéia é de que existe uma tal assistência do Governo aos setores café, cacau, açúcar, que a própria economia do produto é objeto de uma política de con-

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA NACIONAL	
BIBLIOTECA	
NOME	DATA
F167	22/9/72

junto do Governo, de modo que nesses casos, quando necessário, se faz uma tributação, dependendo do nível de rentabilidade que o produto apresenta. E o cacau continua rentável apesar dessa tributação que se costuma chamar de confisco.

DEP. VASCO NETO — Como os baianos da zona cacauzeira, temo que o excesso de cuidados leve a economia cacauzeira a não ter resistência, assim como o infante muito cuidado não tem as resistências da natureza. Há uma queixa muito grande, na região do cacau, contra o confisco. Não que seja totalmente contra o confisco, mas penso que a economia cacauzeira se está exaurindo por excesso de confisco. Apenas levo isto ao conhecimento de V. Exa., fazendo um apelo para que estudos da equipe de V. Exa. e com o brilho com que V. Exa. dirige o planejamento nacional, cuide do cacau, porque há tanto confisco para beneficiar o cacau, que talvez ele venha a se atrofiar.

O SR. MINISTRO — A política de Governo é flexível. Então, eu pediria para dar uma resposta após análise desses estudos e sugestões que nos venham a ser encaminhados, mas estou à disposição para recebê-los. O Conselho Monetário Nacional toma decisões em cada caso e vai continuamente aperfeiçoando a política."

Como se verifica, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixamos claro, na ocasião: "não que se seja totalmente contra o confisco, mas penso que a economia cacauzeira se está exaurindo por excesso de confisco."

Ora, o clamor de agora é muito grande, e os efeitos da crise sobre a região se verificam, como prevíamos no diálogo que então tivemos a honra de manter com S. Exa. o Ministro Reis Velloso.

De maneira mais acentuada sofrem-na os pequenos produtores. Os apelos que recebemos são dramáticos.

Os produtores que não tiveram os seus refinanciamentos aprovados pela CEPLAC estão sendo executados e na iminência de, por este motivo, virem a perder as suas pequenas propriedades.

Seria, se o fato viesse a se consumir, uma fuga aos objetivos maiores da revolução, que se alicerça no princípio de equidade para todos os brasileiros.

Não ficamos, no entanto, no apelo ao Exmo. Sr. Ministro do Planejamento.

Quando aqui esteve, a 3 de agosto de 1971, Sua Excelência o Sr. Ministro Delfim Neto, voltamos aos problemas do cacau. Vejamos:

"DEP. VASCO NETO — Temos também, na agricultura, o cacau, dentro daquele Nordeste todo, que V. Exa. tão bem citou. Pediria a V. Exa. para lembrar o fato de que só 38% do valor do cacau ficam com os produtores. Há um clamor geral da produção de cacau contra o confisco cambial. Pedimos, pelo menos, a redução do confisco cambial. Era um apelo e uma pergunta que eu faria a V. Exa."

Ao que respondeu o Sr. Ministro da Fazenda:

"Nosso Ministro Costa Cavalcanti lembrou-me um ponto extremamente importante e que volta ao problema de V. Exa. sobre o cacau. Eu gostaria de dizer que o cacau não é a única cultura que financia sua própria expansão. Todas as culturas financiam sua própria expansão, algumas de forma mais visível, como é o caso do café e do cacau, e outras de formas menos visíveis. Nós não temos de onde tirar recursos, a não ser daqueles que produzem. Isso é um fato trágico, mas é verdade. No caso particular do cacau, estamos empenhados num substancial aumento da produtividade. Acredito que V. Exa. reconhecerá que os esforços da CEPAC, com esses híbridos novos, deverão produzir um resultado importante. Nossa idéia é baseada no fato de que acreditamos na possibilidade de um aumento de produtividade de 40 a 50%, globalmente. Isto representará talvez 5% do mercado mundial de cacau. Nós temos 10% do mercado. A elasticidade de preço do cacau é da ordem de ponto 5. Essa expansão deveria produzir, em condições normais, uma redução do preço do cacau da ordem de 10%. Mas, como tínhamos tido um aumento de produtividade substancial, se recuperaria em volume aquilo que perdemos em índice de preço. Reduziríamos por esse caminho, realmente, o confisco. Mas o Ministro Costa Cavalcanti levantou ainda um outro ponto, sensível no caso do cacau. Temos sido fortemente pressionados por alguns Deputados da região, como o Deputado Lomanto Júnior, a respeito de preços mínimos para o cacau. Não há condições, neste instante, dessa instituição, mas o PROTERRA, se Vossa Excelência verificar, como me lembrou muito bem o Ministro do Interior, num dos itens, diz:

"Estabelecer preços mínimos para os produtos de exportação." Vê. V. Exa. as intenções do Governo. O Governo não faz realmente aquilo que quer; faz aquilo que pode. Mas está abrindo os caminhos para que aquilo que ele pode seja cada vez mais aquilo que ele quer."

O Sr. *Edvaldo Flores* — Ilustre Deputado Vasco Neto, há pouco tive oportunidade de ocupar a tribuna para abordar o mesmo assunto de que V. Exa., com mais brilho e competência, trata neste instante. Desejo agora, salientar o nosso idêntico ponto de vista, a perfeita consonância e uniformidade de pensamento ao instante em que toda a Bahia, apreensiva, vem pedir ao Presidente da República, através do Ministério da Fazenda, providências imediatas para minorar os sofrimentos dos cacauicultores baianos. Minha intervenção objetiva demonstrar, mais uma vez, que nós, baianos, no momento do sofrimento, funcionamos como verdadeiro amálgama. Tal união revela que estamos realmente ao lado daqueles que nos enviaram a esta Casa para defendê-los, reivindicando providências do Governo Federal. V. Exa. faz um pronunciamento em profundidade, muito mais substancial do que o meu (*não apoiado*), porque não tive ensejo de catalogar elementos. Falei de improviso, ao sabor das emoções naturais do momento, sobretudo quando lia os telegramas endereçados ao Presidente Médici e a mim remetidos por cópias, para que pudéssemos aquilatar e sentir de perto o quanto sofre o povo baiano. Nesta hora, o pronunciamento de Vossa Excelência é uma demonstração evidente e inequívoca de que toda a banca baiana está ao lado dos cacauicultores.

O SR. VASCO NETO — Muito obrigado. V. Exa. não precisaria ser tão modesto, porque o seu pronunciamento anterior que ouvi com muita atenção, foi bastante sério e historiou a evolução da economia do cacau. Agradeço a V. Exa. o aparte com que enriqueceu o meu discurso.

O Sr. *João Alves* — Nobre Deputado Vasco Neto, quero felicitar-lo e solidarizar-me com V. Exa. por seu pronunciamento sobre o problema do cacau, pois é realmente angustiante e exige providências de todos os órgãos que estão à frente, não só deste setor específico, mas de todos os outros que interessam à economia do sul baiano. V. Exa. tem inteira razão quando pede providências do Governo Federal para uma solução que venha conter a angustiante situação dos plantadores de cacau na zona sul da Bahia. Estamos inteiramente solidários com V. Exa. e com todos os que lutam no sentido de encontrar uma solução para o problema aflitivo por que passa aquela nossa região.

O SR. VASCO NETO — Muito obrigado pelo aparte de V. Exa. que veio abrilhantar minha modesta fala.

O Sr. *Laerte Vieira* — Nobre Deputado Vasco Neto, verificamos, hoje, com satisfação, que V. Exa. é o segundo orador, nesta sessão, a reclamar providências do Governo relativamente à lavoura cacauífera, que tanta influência tem na economia baiana, e mais ainda, na nacional, de vez que representa o cacau um dos nossos principais produtos de exportação. V. Exas., em suas justas queixas, demonstram que o Governo não tem assistido da forma mais conveniente à lavoura. Mas o que ocorre com o cacau verifica-se por igual com o café. V. Exa. sabe disso. O confisco cambial, há muitos anos instituído, é uma forma de taxaço que se impõe ao produto. É um imposto, no caso, de exportação, cobrado em valor excessivo e que traz dificuldades imensas a essa lavoura. No Sul do País, também os triticultores passam por situação idêntica. Assim, verificamos que o setor agrícola, de modo geral o pequeno agricultor, o proprietário rural, vem sofrendo com uma política que realmente não tem conseguido satisfazer às necessidades dos agricultores de diversos Estados. Também não atende ao que se pretende quanto à fixação de preços mínimos para os produtos agrícolas. O Governo, infelizmente, não consegue pagar o valor correspondente àquele necessário a um melhor rendimento para o agricultor. Então que faz o Governo? Para minorar uma dificuldade que a cada dia se amplia, leva, ou procura levar, a Previdência ao homem do campo. Está dando algumas aposentadorias a pessoas já centenárias. Vossa Excelência verificou que se fez uma farta publicidade em torno desta matéria. São paliativos que se levam ao homem do campo, sempre exaltando o trabalho que este realiza mas sem encontrar uma solução definitiva ou duradoura para todos os problemas da agricultura brasileira, entre os quais se situa este a que V. Exa. se refere, realmente grave, a merecer a atenção especial do Governo. Todas as vezes que V. Exas. fizerem reclamações como esta podem estar certos de que encontrarão ao seu lado a Oposição, sempre preocupada com o desenvolvimento nacional e com a justa retribuição do trabalho que se faz na lavoura. V. Exas. sempre nos encontrarão a fazer eco de suas palavras, a apoiá-los nas iniciativas que visem a chamar a atenção do Governo para a gravidade dos problemas, reclamando soluções que se nos afiguram imediatas e indispensáveis.

O SR. VASCO NETO — Vou responder ao Deputado Laerte Vieira e, em seguida, com muito prazer darei o aparte ao Deputado João Alves. Devo dizer que essa taxa de 15% não é nova, vem de há muito, e os clamores dos cacauicultores têm

chegado ao Governo realmente sensível da Revolução. Tanto assim que já se anuncia uma redução dessa taxa. Se falamos, como representantes do povo da Bahia em prol de uma melhor atenção à cacauicultura, não escurecemos que o Governo não está a ela desatento. Disse S. Exa. que o MDB está sempre ao nosso lado quando defendemos o povo. Não duvidamos disso, quando um partido tem, em suas fileiras, um homem do gabarito de V. Exa. Evidentemente, não levamos em conta se se trata de Oposição ou Governo, mas sempre visamos ao bem do povo, conhecendo o que a Administração tem feito de bom. Referiu-se S. Exa. à aposentadoria de alguns homens centenários. É verdade que o Governo começou por esses homens. É uma questão de prioridade, mas todos que tiverem mais de 65 anos receberão sua aposentadoria, e são 700 mil. Nobre Deputado, no decorrer de meu discurso, verá V. Exa. que o PROTERRA está atento à questão dos preços mínimos, uma das mais difíceis de resolver.

O Sr. João Alves — Nobre Deputado Vasco Neto, desejo apenas confirmar o que V. Exa. acaba de dizer, ou seja, que o Governo já está tomando providências para a redução dessa taxa de 15%. Estou certo de que os reclamos do Estado de Vossa Excelência, do Deputado Edvaldo Flores e de tantos outros, serão atendidos, portanto o Governo se empenha na solução do problema.

O SR. VASCO NETO — Muito obrigado. Ouço agora o Deputado Daniel Faraco, que muito me honra com seu aparte.

O Sr. Daniel Faraco — Nobre Deputado, é uma honra apartear-lo. Seria desnecessário fazê-lo quanto ao mérito da questão, que está sendo muito bem posta pelo orador e pelos nossos companheiros da ARENA Deputados Edvaldo Flores e João Alves, que apartearam V. Exa. Não é de estranhar a intervenção do ilustre Deputado Laerte Vieira. S. Exa., homem extremamente consciencioso, cumpre seu dever de opositor. Aliás, se V. Exa. me permite, esse dever foi muito bem descrito por Harold G. Laski. É bastante saborosa a forma pela qual ele o descreve e como se aplica muito bem ao aguerrido Líder Laerte Vieira. Creio que vale a pena lembrar, aqui, as palavras do grande político e sociólogo inglês. Dizia Laski: "Temos, por assim dizer, um governo instaurado, que, deve-se presumir, se esforça para agir da melhor forma possível. Ele promove medidas que lhe parecem boas para o país; ele administra toda a máquina do Estado o mais eficientemente que pode. Entretanto, nós pagamos um grande número de membros da Câmara dos Comuns para obstruir os negócios públicos tanto quanto podem; para tirar toda a vantagem dos erros do Governo; para insistir em que ele está

arruinando o país; para dele obter, se possível, elementos com que prová-lo e para inundar o eleitorado com propaganda visando a demonstrar que o Governo, apesar de suas boas intenções — e mesmo estas podem ser postas em dúvida — está de fato fazendo as piores coisas, da pior forma possível."

Pela tradução eu me responsabilizo. As palavras são de Harold G. Laski em seu "Parliamentary Government in England".

O SR. VASCO NETO — Muito obrigado, nobre Deputado, pelo aparte. Há muito de crítica evidentemente, à nossa condição de partido do Governo. Mas devo dizer como Clement Atlee que se queixava de a Oposição o criticar muito, porque estava fazendo o governo trabalhista a que se propusera. Nós da ARENA, nos propomos a apoiar o Governo dentro de um programa preestabelecido, com o qual estávamos de acordo desde o início.

O Sr. Laerte Vieira — Nobre Deputado Vasco Neto, parece-me que Vossa Excelência colocou a questão de modo mais feliz do que o eminente Líder Daniel Faraco.

O SR. VASCO NETO — Não apoiado. Seria uma grande honra para mim.

O Sr. Laerte Vieira — Disse Vossa Excelência que há certos problemas nacionais que unem o pensamento dos arenistas e opositoristas, desde que se evidencie a necessidade de certas modificações ou melhorias. Já o nobre Deputado Daniel Faraco entende que aqui estamos apenas cumprindo nosso papel de Oposição, ao criticar os erros que o Governo comete, buscando com isso tirar vantagens de Oposição, quando afirma S. Exa. que queremos tirar vantagens dos erros do Governo confessa que os erros existem. O erro, nobre colega, não é tirar vantagem do que está errado, mas é errar quando se governa. De modo que não só cumprimos nosso papel de opositorista ao criticar, como, antes de tudo, assinalamos o que está errado e precisa ser consertado. Se o Governo pudesse atender o setor de forma conveniente, não estaria recebendo críticas de V. Exa., do Deputado Edvaldo Flores e de outros baianos, que dizem que a política cacauceira não é mais correta, causando grandes prejuízos aos cacauicultores. Perderia, portanto, em substância o discurso de V. Exa., se o nosso entendimento fosse do Líder Daniel Faraco, que achava que o Governo está fazendo o que pode, pois estaria V. Exa. a reclamar aquilo que o Governo não pode fazer. Parece-me que a questão não foi bem colocada. O Governo deve e pode fazer alguma coisa nesse setor. Faz V. Exa. muito bem em focalizar o problema, o que segundo nosso ponto de vista, não constitui infidelidade partidária.

O SR. VASCO NETO — Nobre Deputado Laerte Vieira, honrou-me muito V. Exa. com seu aparte, mas gostaria que ouvisse minha resposta.

O Sr. *Daniel Faraco* — Como V. Exa. viu, graças a Deus, o nobre Líder Laerte Vieira continua coerentemente dialético, cumprindo seu papel de opositor. Na verdade o que Vossa Excelência está fazendo, com toda a seriedade, com toda a proficiência, é chamar a atenção de todos, de modo especial das autoridades financeiras, para os vários aspectos de que se reveste o problema. É desnecessário dizer que, partindo, como parte, de tão alto...

O SR. VASCO NETO — Muito obrigado a V. Exa.

O Sr. *Daniel Faraco* — ... e tendo, como tem, a lastreá-lo argumentos como os que apresenta, pode V. Exa. estar certo de que receberá da parte do Governo toda a atenção possível.

O SR. VASCO NETO — Estou certo disso. Aliás, a missão de sentir necessidades do povo e de trazê-las a este plenário, caixa de ressonância das aspirações populares, não é da Oposição ou do partido do Governo, mas do político em geral. Então, não é questão de ser contra ou a favor do Governo. Faço aqui uma crítica que me parece séria, desempenhando do modo que me parece correto, o papel de político, de parlamentar, provando mais uma vez que o Congresso é indispensável para mostrar ao Governo as necessidades do povo. Deputado Laerte Vieira, queremos que o Governo, que já é bom, seja ainda melhor, solucionando os problemas que focalizamos. Era o esclarecimento que queria dar a Vossa Excelência.

O Sr. Ministro referiu-se com inteira razão, a que "nós não temos de onde tirar recursos, senão daqueles que produzem. Isso é um fato trágico, mas é verdade".

No entanto há limite para que o produtor se autofinancie.

A arroba de cacau, nas circunstâncias atuais, abaixo do valor de Cr\$ 30,00 não permite a sobrevivência do agricultor.

Desde logo ressalvamos a brilhante atuação da CEPLAC, no setor da produtividade.

O órgão é de maior utilidade, bem o sabemos.

No entanto, a fonte de recursos é que nem sempre poderá, compulsoriamente, estar a cargo dos produtores.

Há um limite abaixo do qual o produtor, mormente o pequeno, jamais poderá sobreviver.

É mister que seja fixado tal limite.

Estamos no limiar da regulamentação do PROTERRA que já está tardando, é bom frisar.

O setor de pesquisa do cacau e de sua comercialização — o crucial problema de comercialização do cacau — deveria estar ao encargo quer do PROTERRA quer do BNDE.

São sugestões que se fazem para estudos posteriores.

No momento, já não se pedem medidas cujos frutos se colham a médio prazo.

O problema é urgente. Daí o apelo que fazemos, reiterando o que foi feito há cerca de um ano aos eminentes Ministros do Planejamento e da Fazenda: há necessidade de socorro e socorro urgente.

As medidas heróicas seriam a suspensão das execuções ou a moratória.

Não há tempo, como já se disse, para outras medidas, senão as que tenham efeito a curtíssimo prazo.

Estamos certos de que os cacauicultores, principalmente os pequenos proprietários, terão suas angústias dissipadas pelo acerto de sempre das providências do sensível Governo do Presidente Médici. (*Muito bem.*)